

CNA e entidades do agro pedem mudança

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e mais oito entidades do setor pediram a transferência do comando da Política Nacional de Irrigação para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) durante o "Seminário Irrigação no Brasil: Uma nova Gestão".

Em um documento denominado "Carta Aberta dos Irrigantes", a CNA e as entidades propõem a mudança imediata na condução da agricultura irrigada do país, atualmente sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, "cujas atividades são direcionadas a obras de infraestrutura".

Recentemente, o Ministério extinguiu a Secretaria Nacional de Irrigação (SE-NIR) "deixando a atividade sem comando e direcionamento". "A condução da política de agricultura irrigada no Brasil enfrenta um quadro de abandono por parte do governo federal", diz o texto da carta.



POLÍTICA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO

"É urgente alterar o modelo institucional em vigor passando o controle para o Ministério da Agricultura

Na abertura do Seminário, o presidente da CNA e do Sistema FAEB, João Martins, afirmou que a instituição vai trabalhar para transferir ao MAPA a Polí-

tica Nacional de irrigação. "É urgente alterar o modelo institucional em vigor passando o controle para o Ministério da Agricultura". O documento destaca

que o MAPA é o órgão adequado para executar as demandas da agricultura irrigante. "O fortalecimento da Política Nacional de Irrigação levará à expansão da

área irrigada, verticalizando a produção agropecuária, gerando empregos, reduzindo o risco climático e promovendo o uso eficiente dos recursos naturais".

A "Carta Aberta dos Irrigantes" foi entregue aos deputados Tereza Cristina (PSB/MS) e Guilherme Coelho (PSDB/PE), representantes da Frente Parlamentar da Agropecuária na Câmara. "Esse é um tema sensível. Precisamos avançar na adoção de uma política de irrigação que atenda aos interesses do produtor", disse a deputada.

Além da CNA, as seguintes entidades assinam o documento: Câmara Temática de Agricultura Sustentável e Irrigação do MAPA; Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem; Associação Brasileira de Plântio Direto e Irrigação; Associação do Sudoeste Paulista de Irrigação e Plântio na Palha; Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia; Associação dos Irrigantes do Estado de Goiás; Associação dos Produtores Rurais e Irrigantes do Noroeste de Minas Gerais; e o Sindicato dos Produtores Rurais de Luis Eduardo Magalhães.



São quase 6 milhões de hectares de área irrigada

Seminário – Promovido pela CNA, o evento foi dividido em dois painéis sobre Agricultura irrigada: a Ótica do Setor Produtivo e a Integração das Políticas Públicas do Setor Água. O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA) e da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA, Muni Lourenço, participou dos debates.

O presidente da Câmara Setorial de Equipamentos de Irrigação da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamen-

tos (Abimaq), Marcus Tesler, conduziu a primeira discussão e afirmou que não há outro país no mundo com a capacidade e condição que o Brasil tem para expandir a agricultura irrigada. "Hoje são quase 6 milhões de hectares de área irrigada, mas temos potencial para alcançar 60 milhões".

Já o representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB) no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Evilásio Fraga, explicou que a irrigação é uma

ferramenta de trabalho que o produtor rural utiliza para otimizar a atividade. "Ela é a combinação de água, solo e planta. É uma tecnologia de apoio ao desenvolvimento do setor".

Também participaram do painel os representantes da Associação dos Irrigantes do Nordeste de Minas Gerais (IRRIGANOR), Adson Ribeiro e Ana Maraia Soares Valentini.

O pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Lineu Neiva, foi o moderador do segundo debate

e explicou que a área irrigada no Brasil irá crescer de forma ordenada e sustentável, independentemente do governo. "É fundamental que haja a integração da política de irrigação com as políticas setoriais, principalmente as de recursos hídricos". O diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, o Coordenador de Agricultura Irrigada do MAPA, José Silvério da Silva, e o Coordenador Geral de Produção Sustentável também do Ministério, Mychel Gomes, participaram da mesa.

Entenda como funciona o programa Salvador 360 e seus 8 eixos

O chefe de Gabinete do prefeito ACM Neto, João Roma falou durante o 5ª edição do Enecob – Encontro Nacional de Editores, Colunistas, Repórteres e Blogueiros, sobre o Programa Salvador 360, que reúne as diversas iniciativas promovidas pelos órgãos municipais com foco na geração de emprego e renda e atração e promoção de empreendimentos. "Trata-se de uma iniciativa que vai estimular a economia da primeira capital do Brasil, fazendo com que a quarta maior cidade brasileira em população – atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília – consiga impulsionar o próprio Produto Interno Bruto (PIB)", pontuou.

O ponto de partida

para o programa são as próprias ações realizadas pela Prefeitura, mas a iniciativa deverá mobilizar toda a sociedade.

A preparação para o Salvador 360 ocorreu através de ações realizadas pela gestão municipal entre os anos de 2013 e 2016, a exemplo da aplicação de 76% dos investimentos municipais nas áreas mais carentes; o programa Salvador Bairro a Bairro, que realizou mais de mil obras indicadas pelos próprios cidadãos por meio de consultas populares; e a aprovação dos novos Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e Lei do Uso de Ordenamento do Solo do Município (Louos).

Para formatar o programa, a Sedur também reali-

JOÃO ROMA



zou um diagnóstico da situação da cidade, que engloba desde o fluxo de processos para realização dos serviços até as características socioeconômicas de Salvador. Com isso, o programa conta inicialmente com 360 ações previstas, distribuídas em oito eixos de atuação. A primeira é o Salvador 360 Simplifica, que pretende desburocratizar, ou seja, tornar mais ágil e fácil a instalação de empreendimentos e serviços na capital baiana.

Os demais eixos são Salvador 360 Negócios (atração e potencialização de empreendimentos), Salvador 360 Centro Histórico (fortalecimento econômico da região), Salvador 360 Investe (investimentos municipais em infraestrutura), Salvador

360 Cidade Inteligente (desenvolvimento econômico pautado em tecnologia), Salvador 360 Cidade Criativa (estímulo à economia criativa), Salvador 360 Cidade Sustentável (ações de sustentabilidade e resiliência) e Salvador 360 Inclusão Econômica (potencialização da economia informal).

Para a realização do Salvador 360, a Prefeitura está revisando a própria legislação para tornar os procedimentos mais rápidos e seguros, considerando o contexto socioeconômico da cidade. Dentre essas iniciativas está a revisão Código de Obras do Município, cuja última versão remete à década de 1980 (Lei 3.903/1988). A nova será encaminhada em breve à Câmara de Vereadores para aprovação.

Foto: Cassio Vasconcelos

Carro-chefe: Salvador 360 Simplifica

Primeiro eixo do amplo programa de planejamento, o Salvador 360 Simplifica teve os detalhes apresentados pelo secretário Guilherme Bellintani. A iniciativa pretende tornar mais ágil e fácil a vida do cidadão, seja ele pessoa física ou jurídica. As ações previstas visam reestruturar o modelo atual de licenciamento de empresas, obras e publicidade, além da abertura de negócios e atendimento à população. Com isso, a cidade deverá ganhar agilidade e eficiência na prestação dos serviços, melhoria do ambiente de negócios e geração de emprego.

Este eixo dá continuidade às iniciativas adotadas pela atual gestão desde 2013 para facilitar o atendimento ao cidadão, a exemplo da criação das dez Prefeituras-Bairro, que descentralizou a administração pública com a integração de órgãos externos ao Executivo municipal (Justiça Eleitoral, Tribunal de Justiça da Bahia e

INSS, por exemplo), e são necessárias em função do crescimento previsto para a primeira capital do Brasil com financiamentos nacionais e internacionais.

"A primeira fase do Simplifica estará implantada completamente até março de 2018, seja o Portal Simplifica, seja as 70 ações previstas para este eixo. Envolve todos os serviços da Sedur, como a abertura de empresas e licenciamento de eventos, assim como alguns serviços da Transalvador, como recurso de multas e transferência de pontos da carteira. Entre março de 2018 e dezembro de 2020, que envolve a segunda e terceira etapas do Simplifica, toda a Prefeitura passará a ser digital. Ou seja, esse programa foi pensado para atingir todos os anseios do cidadão na área de desenvolvimento econômico", salientou Bellintani.

Dentre as facilidades para o cidadão está o licenciamento expresso de empreendimentos de baixa complexidade em até 48 horas – atualmente um processo

desses leva, pelo menos, quatro meses, a depender do porte. Outra iniciativa é a redução do tempo de licenciamento para empreendimentos de alta complexidade para apenas um mês, e do tempo de abertura de empresas para 15 dias.

Por exemplo, um cidadão que deseja hoje construir um imóvel em Salvador precisa dar entrada em diversos processos dentro da Sedur e, a depender do tamanho, também ser necessária a obtenção de autorização em outros órgãos, como a Transalvador, Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (Limpurb) e Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU). A documentação a ser apresentada também é em formato físico e passará a ser digital.

Por meio do Portal Simplifica, toda a solicitação e entrega de documentação pode ser feita pela internet e de forma integrada com os demais órgãos. Com isso, a análise e o retorno da resposta ao cidadão tornam-se mais rápidos. Isso estimula



de forma importante a implantação e melhoria de empreendimentos com a eliminação da burocracia – principal entrave apontado por investidores para realização de novos negócios em Sal-

vador. Também será permitida a abertura de empresas em residências, o que resultará em agilidade e economia, já que não será necessário gastar verba com escritório virtu-

al, por exemplo. Os recursos de multas de trânsito também poderão ser realizados online, com resultados em até quatro dias e pontos da habilitação em até três dias.